

RESUMO

Apresenta recorte da revisão bibliográfica de tese de doutorado abordando os estudos sobre Políticas de Informação, área transversal, a partir de levantamento bibliográfico sobre dois campos temáticos principais: Políticas Públicas e Ciência da Informação. Define etimologicamente o termo ‘Política’, destacando seu caráter polissêmico, detendo-se na dimensão do termo em inglês *policy*, referente às políticas públicas, ou seja, a ação pública, de discutir, elaborar, propor e implementar políticas públicas para a solução de problemas sociais, buscando estabelecer a governabilidade, a justiça e o bem-estar social. Assim, reconhecemos o Estado como um dos maiores produtores e acumuladores de informação, que deve atuar também na sua disseminação, detendo grande poder na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de informação, fundamentais para o exercício da cidadania, redução de desigualdades e fortalecimento da democracia.

Palavras-chave: Políticas públicas. Políticas de informação. Ciência da Informação.

ABSTRACT

It presents an excerpt from the bibliographic review of the doctoral thesis addressing the studies on Information Policies, cross-sectional area, based on a bibliographic survey on two main thematic fields: Public Policies and Information Science. It etymologically defines the term 'Politics', highlighting its polysemic character, focusing on the dimension of the term in English policy, referring to public policies, that is, public action, to discuss, elaborate, propose and implement public policies for the solution of social problems, seeking to establish governance, justice and social welfare. Thus, we recognize the State as one of the largest producers and accumulators of information, which must also act in its dissemination, having great power in the formulation, implementation and evaluation of public information policies, fundamental to the exercise of citizenship, reduction of inequalities and strengthening of democracy.

Keywords: Public policies. Information policies. Information Science. Public policies.

INTRODUÇÃO

Nesta comunicação, apresentamos recorte da pesquisa que aborda os estudos sobre Políticas de Informação, área transversal apresentada a partir de dois campos principais: Ciência da Informação e Políticas Públicas. O diálogo conceitual é construído a partir de contribuições de

¹ Revisão de literatura da tese “Regime de informação das políticas públicas LGBTI+ no Brasil”, aprovada no Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da Profa. Dra. Isa Maria Freire.

² Universidade Federal do Ceará, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-8188-8635>

³ Universidade Federal da Paraíba, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-7603-1872>

Souza (2006), Freire (2008), Braman (2009a, 2009b, 2004) e González de Gómez (1999a, 1999b).

Iniciamos buscando compreender etimologicamente o termo ‘Política’ e sua relação na pesquisa, devido ao seu caráter polissêmico, com diversos entendimentos e definições. Tem origem na palavra grega ‘*politikós*’, que significa “de, para, ou relacionado a grupos que integram a Pólis”, ou seja, relativo ao cidadão ou ao Estado (DICIONÁRIO..., 2007). O Dicionário Houaiss define política como “a arte ou ciência de governar”, ou seja, administrar nações ou Estados (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2009, p. 1519). De acordo com Japiassu e Souza Filho (2008, p. 220), no Dicionário Básico de Filosofia, o termo ‘Política’ engloba

tudo aquilo que diz respeito ao cidadão, aos governos da cidade e aos negócios públicos. A filosofia política é assim a análise filosófica da relação entre os cidadãos e a sociedade, as formas de poder e as condições em que este se exerce, os sistemas de governo, e a natureza, a validade e a justificação das decisões política.

A literatura aponta que na Língua Inglesa temos três dimensões terminológicas que revelam diferentes sentidos no uso do termo: *polity*, relacionado ao funcionamento do sistema político, seu papel no Estado e sua diferenciação da sociedade civil; *politics*, que refere-se ao exercício da atividade política para governar, como campanhas eleitorais, debates, eleições; e *policy*, ou seja, a ação pública, seja Estado ou sociedade civil, de discutir, elaborar, propor e implementar políticas públicas para a solução de problemas sociais (MULLER; SUREL, 2004; NHARRELUGA, 2009; BARRETO, 2009).

O termo ‘Política’ na Língua Portuguesa importa essas três dimensões conceituais reveladas na Língua Inglesa. Contudo, o foco de nosso texto se detém na dimensão do termo *policy*, referente às políticas públicas, expressão utilizada desde a década de 1970 (NEVES, 2010). Destarte, até aqui já notamos como as noções de ordem, gestão e controle estão ligadas à política, buscando estabelecer a governabilidade, a justiça e o bem-estar social.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS

De acordo com Souza (2006), a Política Pública é uma área de conhecimento que tem origem na Ciência Política e que se desenvolve a partir da integração de diferentes campos científicos, com o objetivo de analisar as atividades dos governos. Para o autor, estas políticas públicas surgem a partir de propostas dos planos de governos e/ou de partidos políticos, ou mesmo a partir de demandas da sociedade, e são implementadas através de projetos, programas e ações voltadas para garantir direitos fundamentais dos cidadãos, diminuir as desigualdades com vistas a isonomia social ou mesmo fazer o Estado cumprir seus deveres.

Para Rua (2001), as políticas públicas referem-se ao conjunto de decisões estratégicas e ações governamentais voltadas para um fim público específico e que influenciam na vida dos cidadãos. Segundo Prá (2002), as políticas públicas envolvem um conjunto de decisões governamentais e ações voltadas para atender as demandas sociais. Sua elaboração e implementação se dá através de dispositivos políticos, administrativos e institucionais, planejados pela gestão pública para interferir no contexto social e alcançar objetivos previamente estabelecidos. Franco, Carvalho e Santos (2019, p. 70) exemplificam:

As políticas com enfoque na saúde, por exemplo, visam garantir aos cidadãos cuidados de prevenção e promoção da saúde, assim como as políticas de educação visam garantir que todos os indivíduos tenham direito de acesso a todos os níveis educacionais

promovidos pelo Estado. O ideal seria que as políticas públicas não apenas proovessem a diminuição dos desníveis, mas que planificassem as diferenças existentes, de forma a garantir a equidade e isonomia entre os cidadãos.

Portanto, as pesquisas sobre políticas públicas buscam entender a interação entre Estado e Sociedade, compreendendo seus papéis, os diversos atores envolvidos (sejam indivíduos, grupos ou organizações), a gênese, elaboração, implementação e avaliação de ações públicas, em um cenário de conflitos, poder, controle e busca por consenso e equilíbrio entre forças (SECCHI, 2010).

Nesse contexto, Müller e Surel (2002) advertem que o Estado intervém na Sociedade, mas deve procurar contrabalançar a relação entre o interesse público e o interesse privado, correlacionando as forças de poder envolvidas: o próprio Estado, a Sociedade, grupos econômicos, partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos e demais atores sociais.

Souza (2006) classifica as políticas públicas em políticas de Estado e políticas de governo. As políticas de Estado correspondem às ações fundamentais e indispensáveis para toda a sociedade do país, independente das gestões temporárias de governos e partidos, contemplando programas contínuos para a saúde, a educação, o trabalho e outras macroáreas. Quanto às políticas de governo, as ações são intermitentes, e têm origem nos planos de governo partidários, geralmente apresentados nas eleições, planejadas para o período do mandato a que se candidata, e que ao final, são descontinuadas ou substituídas por novas ações de um novo governo.

Portanto, entendemos políticas públicas como um conjunto de ações do Estado, que interferem na Sociedade, fundamentado a partir de um ordenamento jurídico e implementado por meio de programas, projetos, planos etc., visando estabelecer o bem estar social. Devemos destacar ainda, que a própria Sociedade, pode ser vetor de proposição de políticas públicas, identificando problemas e conflitos, discutindo e propondo ações através dos canais disponíveis (como o orçamento participativo, conselhos populares, movimentos sociais, manifestações públicas etc.). Portanto, são vários os fatores envolvidos no campo de ação das políticas públicas, envolvendo disputa de forças políticas e econômicas que determinarão o ciclo das políticas públicas, a resolução de conflitos e o equilíbrio da gestão governamental.

3 POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO

Quanto ao termo ‘Informação’, refere-se a um fenômeno de grande relevância na contemporaneidade, devido a forma como influencia todos os segmentos da sociedade, como a Economia, a Educação, a Saúde, a Cultura, inclusive transformando as relações sociais.

A raiz etimológica latina do termo, ‘*informare*’, tem como significado “dar forma, moldar, construir uma ideia ou noção sobre algo” (SARAIVA, 2006, p. 606), reunindo dois sentidos complementares do conceito: “processo de atribuição de sentido” e “processo de representação para a comunicação” (ARAÚJO, 2001, p. 1). Nos dois processos, temos uma prática de interação social que envolve ações de geração, emissão, codificação, recepção e uso da informação, gerando novos conhecimentos, transformando o indivíduo e influenciando suas relações sociais.

Braman (2009a), tentando dar conta de explicar o fenômeno informação, apresenta seis definições do termo: recurso, mercadoria, padrão, agente, repositório de possibilidades e força constitutiva da sociedade. Dentro de nossa rede conceitual apresentada e sendo útil no entendimento do processo de elaboração, implementação e análise de políticas públicas,

detalhamos a informação como força constitutiva da sociedade, elemento que afeta, transforma e modela o ambiente. De acordo com a autora,

Enquanto definições de informação como a percepção de padrões reconhecem o papel do contexto, aqueles que veem a informação como força constitutiva enfatizam a capacidade de informações para moldar ativamente o contexto. Definida a informação como agente, ela pode ser operacionalizada em instâncias individuais de ação; de modo diferente, definida a informação como força social constitutiva, é aplicável aos efeitos cumulativos de múltiplas ações e fluxos. A informação não é apenas afetada pelo seu ambiente, mas também o afeta. (BRAMAN, 2009a, p. 19).

A deliberação de políticas públicas refletirá em como a sociedade deve ser estruturada e nas relações de equilíbrio entre interesses individuais e forças políticas ou econômicas. Sendo uma força constitutiva na sociedade, a informação é um recurso fundamental nos processos de tomada de decisão e base do ciclo de políticas públicas (BRAMAN, 1989). Isso nos permite delinear e compreender o contexto social, ou seja, o cotidiano das pessoas, transformando as relações sociais, bem como provocando mudanças na educação, política, economia etc.

A informação afeta e transforma o ambiente, mas também é afetada, permitindo ser reformulada e adequada às mudanças anteriormente provocadas e aos novos contextos que surgem. Essa compreensão da informação como força de transformação individual e social, junto ao domínio do fluxo informacional propiciará autonomia ao informado, viabilizando seu desenvolvimento pessoal, educacional, profissional, e social, através de sua inserção nas comunidades que participa, entendimento de seus direitos e deveres e a construção de sua cidadania e das políticas públicas que visam a inclusão social.

A ideia de informação como força constitutiva da sociedade estava contida nos textos do educador brasileiro Paulo Freire (1992, p. 130), para quem “toda informação traz, em si, a possibilidade de seu alongamento em formação, desde que os conteúdos constituintes da informação sejam assenhoreados pelo informado”. Portanto, a informação poderá contribuir para que o sujeito informado assuma com autonomia seu processo de formação e de aprendizagem, inclusive relacionando as informações com o mundo em sua volta e participando ativamente da comunidade e grupos sociais em que está inserido. González de Gómez (1999b, p. 71) complementa:

A constituição dos universos de informação parte sempre do "nós" de um sujeito situado, localizado, territorializado, para o qual algo faz ou não faz sentido como informação. Em cada contexto histórico, em cada espaço de ação coletiva, existe um saber local, um sentimento territorializado ou um desejo do que seja um bem coletivo, que formam parte das razões bem fundadas para priorizar, justificar, gerar ou aderir a um valor de informação.

Freire (2008, p. 199) se debruça sobre os termos que formam o construto ‘políticas de informação’

[...] tanto o conceito de informação quanto o de política possuem o mesmo sentido de ordem e regulação que, reunidos, formam o conceito de "políticas de informação": conjunto de leis, regulamentos e políticas que estimulam ou regulam a geração, o uso, o armazenamento e a comunicação de informação.

Para González de Gómez (1999b, p. 69) os estudos da política de informação “se multiplicam e se fragmentam” em todas as abordagens da Ciência da Informação, atuando em um:

[...] espaço interdisciplinar, onde se relacionam as diferentes abordagens e olhares disciplinares acerca da informação e seu lugar na polis: o olhar econômico, que estuda as indústrias e os mercados da informação, o olhar administrativo, que se ocupa da gestão de serviços e dos fluxos de informação nas organizações, o olhar técnico-tecnológico, dirigido a modelar e operacionalizar o processamento e as infra-estruturas de informação, o olhar estatístico, que instrumentaliza e constrói um objeto-informação como insumo de diagnóstico e leitura de tendências, e um olhar antropológico, que projeta os indivíduos e os coletivos da informação no domínio da cultura e da significação.

González de Gómez (2004, p. 61) define a Ciência da Informação como uma “disciplina que estuda fenômenos, processos, construções, sistemas, redes e artefatos de informação”. Em seus estudos, a autora aproxima política e gestão da informação, apresentando esta última como “uma mediação lógica e imprescindível do uso decisório e estratégico da informação no contexto das políticas governamentais.” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999a, p. 2).

Dessa forma, no campo da Ciência da Informação, a análise das políticas públicas se volta para a compreensão das políticas públicas de informação, buscando entender o papel do Estado no fluxo de informações, os processos envolvidos na formulação, implementação e avaliação de ações e seus efeitos na sociedade.

Braman (1995, p. 4) define política de informação como “[...] a política relativa a qualquer fase de uma cadeia de produção de informação, que vai desde a criação, passando pelo processamento até seu armazenamento ou destruição.”. Para a autora, “[...] a política de informação é composta por leis, regulamentos e posições doutrinárias - e outras tomadas de decisão e práticas com efeitos constitutivos sobre toda a sociedade - que envolvem geração, processamento, fluxo, acesso e uso de informação.” (BRAMAN, 2011, p. 3).

Para Jardim, Silva e Nharreluga (2009, p. 9), as políticas de informação compreendem um “[...] conjunto de princípios, leis, diretrizes, regras, regulamentos e procedimentos inter-relacionados que orientam a supervisão e gestão do ciclo vital da informação”. De acordo com Hernon e Relyea (2003, p. 1300), a política de informação compreende

[...] um conjunto de princípios, leis, diretrizes, regras, regulamentos e procedimentos interrelacionados que orientam a supervisão e a gestão do ciclo de vida da informação: produção, coleta, distribuição/disseminação, recuperação e uso, e retenção, incluindo a preservação da informação.

Destacando o caráter público e institucional da política de informação, Weingarten (1989) a relaciona com todo o escopo legal, procedimental, institucional e formal que estimula ou regula a geração, armazenamento, organização, acesso, uso e comunicação de informação. Contudo, já para Eisenchitz (1993), a política de informação atravessa o campo formal das leis e regulamentos, e se revela também nas práticas e ações sociais, em um contexto dinâmico e flexível com interação entre atores, objetivos, metas, interesses, conflitos, poder, planos e ações.

Percebemos, então, que as políticas de informação, assim como seus conceitos base, a política e a informação, são resultantes de fenômenos socioculturais, exercidos pela sociedade e, de um modo geral, com a ideia de controle e regulação dos fluxos de informação. Cresceu na sociedade, seja governo, organizações, empresas, sociedade civil, a percepção da informação enquanto instrumento de poder, “que controla os comportamentos, manipulando as bases informacionais dos materiais, das instituições e dos símbolos.” (MAGNANI; KERR PINHEIRO, 2011, p. 594).

Em diversos estudos, acerca do papel do Estado e as políticas de informação, Braman elenca quatro tipos de poderes estatais: instrumental, estrutural, simbólico e informacional. O poder instrumental está atrelado ao conceito mais antigo de Estado que usa a força, através das armas e do militarismo, ou mesmo a força econômica, para exercer seu controle. O poder estrutural refere-se à capacidade do Estado de criar um ordenamento institucional (órgãos como ministérios, secretarias etc.) e jurídico (leis, decretos, códigos etc.) para intervir na sociedade, manipulando o comportamento humano. Já o poder simbólico refere-se ao uso da ideologização, seja em palavras, discursos, símbolos, campanhas de mídia, programas de ensino, manejando a opinião pública para exercer domínio sobre a massa de indivíduos (BRAMAN, 2004, 2009a, 2009b).

Chegamos então ao quarto poder estatal, o poder informacional. Os governos controlam o fluxo informacional de maneira explícita, deliberada e repetidamente, caracterizando-os como Estados informacionais, onde o poder informacional exerce poder sobre instituições, normas, materiais, ideias e símbolos (BRAMAN, 2009a). O poder informacional possibilita ao Estado exercer os outros tipos de poderes anteriormente citados, já que a informação que alimenta os demais meios de controle. Braman (2009b, p. 8) exemplifica:

[...] uma arma inteligente que pode identificar um alvo e direcionar-se para ele sem intervenção humana é um exemplo do efeito do poder informacional no exercício do poder instrumental. A capacidade de monitorar o cumprimento dos direitos de propriedade intelectual através da vigilância da utilização da Internet é um exemplo da influência do poder informacional no exercício do poder estrutural. A capacidade de adaptar mensagens para o indivíduo que está surfando na web é um exemplo do impacto do poder informacional no exercício do poder simbólico.

Sendo a informação um elemento basilar do Estado, deveria ser a política de informação que irá mediar as relações do Estado com a sociedade e seus diversos atores e esferas. Ademais, Branco (2001, p. 199) nos alerta:

Como política pública, a política de informação assenta-se entre interesses e metas políticas e burocráticas, não necessariamente congruentes, manifestando-se para além do aparato governamental. Nesse sentido, a expressão de uma política de informação ultrapassa o campo formal das leis e regulamentos, pois também engloba as práticas e ações informais de um determinado contexto em que se misturam pessoas, instituições e interesses, cujas manifestações nem sempre se revelam por mecanismos formais.

Com o grande volume de informação disponível, e sendo o próprio Estado um dos maiores produtores, ele deve ordenar, regular e direcionar políticas públicas equilibrando demandas do sistema globalizado financeiro, comercial e tecnológico, com as demandas da sociedade civil e comunidades locais, pois “[...] em última instância é a regulação que seria capaz de promover maior equilíbrio das condições de produção, distribuição, acesso e uso dos recursos de informação e comunicação.” (SILVA; TOMAÉL, 2009, p. 18).

Assim, reconhecemos o Estado como um dos maiores produtores e acumuladores de informação, que deve atuar também na sua disseminação, detendo grande poder na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de informação, que influenciarão na vida de seus habitantes, pois essas informações governamentais são na realidade fundamentais para o exercício da cidadania, redução de desigualdades e fortalecimento da democracia. Portanto, as políticas públicas de informação devem interferir diretamente no cotidiano das pessoas, sendo voltadas para atender a demandas de informação que reduzam as desigualdades sociais.

Compreender o desenvolvimento histórico dos estudos sobre políticas de informação ajuda-nos a notar as várias facetas envolvidas, de caráter social, científico, político, tecnológico, cultural e organizacional. Desde a explosão documental pós-Segunda Guerra Mundial e o aumento do valor social e estratégico da informação, que vem caracterizando essa sociedade como Sociedade da Informação, os governos têm investido em sua estrutura documental, como suporte para suas pesquisas científicas e tecnológicas, por vezes voltadas para às suas atividades militares.

Um marco histórico para a constituição da área das políticas públicas de informação foi a edição do documento *Weinberg Report* (1963), publicado pelo governo dos Estados Unidos e voltado para as organizações de Ciência e Tecnologia do país, que definia "como escopo e abrangência de uma política de informação a transferência de informação científica, sob a responsabilidade do governo." (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 28).

Ainda na década de 1960, com o desenvolvimento da computação, eletrônica e o surgimento de protótipos da Internet, a própria Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) recomendou aos governos que criassem sua política nacional de informação, pois era necessário aos governos planejar e implementar diretrizes voltadas para a produção, armazenamento, organização, proteção, acesso e disseminação de toda a massa documental que estava sendo produzida e que impactaria no desenvolvimento econômico e social dos países (SILVA, 2009). Foi nesse cenário de desenvolvimento científico e tecnológico que a Ciência da Informação se consolidou nos estudos sobre as políticas de informação.

A partir da década de 1970, com a Guerra Fria e o financiamento de pesquisas governamentais com fins bélicos, as políticas de informação refletem o contexto da época, fundamentando seus estudos sobre a criação e armazenamento de informações, segurança de dados, proteção de conteúdos, patentes e direitos autorais.

As décadas de 80 e 90, com avanço das tecnologias digitais de informação e comunicação, da informática e das telecomunicações, as políticas de informação passam a focar nas infraestruturas de comunicação e utilização de bases de dados e aumento da capacidade de armazenamento de informações. Tratava-se de um cenário mundial voltado para a globalização e expansão do capitalismo, que estava reconfigurando toda a conjuntura internacional e informacional: "as relações entre Estado e sociedade, nas agendas governamentais, nos parâmetros econômico-produtivos, nos métodos e conceitos de gestão no universo corporativo, em comportamentos sociais diversos." (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 3).

A partir dos anos 1990, os estudos voltam-se para o impacto da ciência e da tecnologia no desenvolvimento social, e as políticas de informação direcionam-se para questões ligadas ao processo de inclusão digital, visando diminuir as desigualdades sociais para possibilitar e garantir o desenvolvimento social, cultural e locais (AUN, 2003; BRAMAN, 2009a).

No Brasil, os estudos sobre políticas de informação também surgem na esteira do pós-Segunda Guerra Mundial, a partir da década de 1950, em uma tentativa do Estado de integrar Ciência & Tecnologia como insumos de desenvolvimento militar e econômico. No ano de 1951 é criado o Conselho Nacional de Pesquisa, atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em 1954 o Governo Federal cria o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), hoje Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), com o objetivo de promover o desenvolvimento de recursos e infraestrutura de informação em Ciência & Tecnologia. Sua criação favoreceu a institucionalização da Ciência da Informação no país, inclusive com a criação do primeiro Programa de Pós-Graduação da área (FREITAS; BUFREM, 2016). Além disso o órgão abriu espaço e incentivou o aparecimento de outros institutos e centros de pesquisas, desenvolvimento de infraestrutura e de tecnologias

digitais de informação, bibliotecas, inclusive digitais e virtuais, portais e bases de dados, financiamento de pesquisas, cursos de graduação e pós-graduação, sistemas de informação e programas governamentais para gerenciamento de acervos documentais, a criação de sociedades científicas e novos periódicos. (DELAIA; FREIRE, 2010; NEVES AGUIAR, 2017).

Carvalho (2009) resume no Quadro 1 os principais marcos sobre Políticas de Informação no Brasil, até o ano de 1999.

Quadro 1 – Principais marcos sobre políticas de informação no Brasil

Ano	Marco histórico
1951	Criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), com o objetivo de promover e estimular o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.
1952	Criação de um sistema de bibliotecas especializadas dos institutos de pesquisa brasileiros, coordenado pelo CNPq, visando a catalogação da produção técnico-científica e o intercâmbio dessas informações bibliográficas
1954	Criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), absolvendo algumas funções no CNPq.
1967	Reformulação do CNPq, que agora deveria atuar na elaboração de uma política para o setor científico.
1968-1970	Criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)
1970	Primeiro mestrado em Ciência da Informação
1972	Criação da Coordenação de Atividades de Processamento de Dados (CAPRE)
1973	Criação do Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT), que se propõe a planejar e coordenar as atividades de informação científica e tecnológica por meio do estabelecimento de uma rede nacional de cooperação e intercâmbio
1974	Reformulação do CNPq, que deveria coordenar as atividades do SNICT
1976	Extinção do IBBD e criação Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
1979	Extinção da CAPRE e Criação da Secretaria Especial de Informática, com a missão de assessorar o governo na criação de uma política nacional de informática
1984	Elaboração da Ação Programada em Informação em Ciência e Tecnologia, primeiro documento oficial relativo a uma política de informação
1984	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico PADCT I
1985	Criação do Ministério de Ciência e Tecnologia e vinculação do CNPq a ele
1989	Projeto Temático Multi-institucional em Ciência da Computação ProTeM
1991	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico PADCT II
1991	Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, denominada Lei de Informática. Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação.
1992	Criação do Programa Softex pelo CNPq/MCT, para estimular o crescimento da indústria de software no País e situá-lo entre os principais países produtores e exportadores de software.
1995	Criação do Comitê Gestor da Internet no Brasil, com incumbência de coordenar e integrar todas as iniciativas de serviços Internet no país
1999	Programa Sociedade da Informação

Fonte: Carvalho (2009)

Mais recentemente, os estudos sobre políticas públicas de informação, ganham novo impulso com a promulgação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei

de Acesso à Informação (LAI), que regulamenta o direito, já previsto na Constituição, de qualquer cidadão solicitar e receber informações dos órgãos do poder público, com algumas exceções (BRASIL, 2011). O acesso à informação também está previsto em diversos tratados e convenções que o Brasil é signatário: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigo 19); a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (artigos 10 e 13); a Declaração Interamericana de Princípios de Liberdade de Expressão (item 4); e o Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos (artigo 19) (BRASIL, 2011).

Para cumprir o que determina a LAI, ou seja, o acesso da população ao fluxo de informação produzida pelo Estado, Kerr Pinheiro (2009, p. 5), sugere a elaboração e divulgação de um documento contendo a Política de Informação dos órgãos que formam o poder público:

O documento político de uma política de informação deve ser porta-voz da sociedade, uma maneira constitutiva de estabelecimento de um espaço de negociação, para que o processo de tradução se efetive, onde cada grupo social possa ser representado. Se a política não determina este espaço, os direitos e deveres não serão reconhecidos e o pertencimento torna-se figurativo e não respalda as instituições públicas.

Trata-se de documento contendo decisões governamentais, valores políticos, programa de ações e diretrizes para os gestores construírem redes de informação, assim como a produção e disseminação de conteúdos, fontes oficiais de informação para a população, mecanismos funcionais de organização, acesso, uso e comunicação da informação para a produção de conhecimento (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999b).

Outro marco recente na área é a Política Nacional de Dados Abertos, publicada através do Decreto nº 8.777 em maio de 2016. O documento estabelece regras para disponibilização de dados abertos no âmbito do Poder Executivo Federal. Visa contribuir para o aumento da transparência do governo, criando melhores possibilidades de controle social das ações governamentais.

Assim, são muitas as frentes que a Ciência da Informação e seus estudos sobre Políticas de informação vem se debruçando atualmente, relativas aos processos e fluxos de informação e de comunicação, analisando desde o processo de transformação de dados em informações até mesmo a construção de novos conhecimentos a partir da interação entre pessoas e organizações (CAPURRO; HJORLAND, 2007). Têm-se abordado a expansão da Internet, as novas e múltiplas possibilidades de geração, organização, acesso, uso e comunicação de informações, a inclusão digital, a Web 2.0, redes organizacionais, as tecnologias móveis, variedade de produtores e consumidores envolvidos, informação para a Ciência & Tecnologia, a Lei de Acesso à Informação, Governo eletrônico etc.

Kerr Pinheiro (2009, p. 6) destaca as maiores lacunas em que os estudos sobre Políticas de Informação podem ainda contribuir:

[...] os estudos de processos e técnicas ligados à informação, avaliações de políticas públicas colocadas pelos setores de informação governamentais, os conceitos de uso, os processos de difusão da informação sem uma maior preocupação com a construção de conteúdos socioculturais, nos diversos campos abarcados pelo Estado como saúde, segurança, educação, justiça.

Rowlands *et al.* (2002), por sua vez, apresentaram cinco subdomínios das políticas de informação, a partir de pesquisa na literatura que listou os termos mais recorrentes, conforme Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – Subdomínios da política de informação

Subdomínio	Descrição
Protecionismo da informação	Regulamentos e mecanismos que controlam o acesso à informação e divulgação na esfera pública (ex.: segredo oficial) e em mercados de informação (ex.: proteção de dados)
Mercado de informação	Leis e regulamentos que protegem o investimento na criação de conteúdo informacional (ex.: direitos autorais) e permitem trocas no mercado
Radiodifusão e telecomunicações	Políticas públicas que regulam os meios de comunicação de massa, equilibrando interesses comerciais e do cidadão (ex.: acesso universal)
Acesso público à informação oficial	Políticas e regulamentos que moldam o acesso à informação de cidadãos, arquivada pelo governo (ex.: liberdade de informação)
Sociedade da Informação e infraestrutura	Políticas públicas que promovem o investimento (ou encorajam o setor privado a investir) na infraestrutura de informação

Fonte: Marques e Kerr Pinheiro (2011, p. 71), baseados em Rowlands *et al.* (2002, p. 33)

A literatura apresentada até aqui nos permite incluir um novo subdomínio, referente ao contexto social e cultural da informação, tendo em vista a pluralidade dos atores sociais envolvidos, a complexidade das relações sociais e a diversidade de interesses e discursos dispostos (BRAMAN, 2006). González de Gómez, (1999b, p. 59) nos lembra que:

Políticas de Informação quando, tratando-se de uma questão colocada num domínio coletivo de ação, existem conflitos entre as diferentes formulações de objetivos, planos, atores e recursos atribuídos às ações do domínio e em conseqüência, com respeito ao alcance, às prioridades e às metas das ações de informação, de modo tal que aqueles conflitos não poderiam ser equacionados ou resolvidos por meios técnicos ou instrumentais e requerem a reformulação deliberativa de princípios, fins e regras para a concretização de planos coletivos e coordenados de ação, ou a mudança das relações de força dos atores envolvidos.

Baseados nessa extensa abrangência de conceitos, definições e contexto histórico apresentado até aqui, entendemos que as políticas de informação, compreendem todo um ordenamento produzido pelo Estado, com caráter administrativo, regulatório, científico, tecnológico, social e cultural, voltado para a produção, organização, armazenamento, acesso, uso, comunicação e apropriação da informação, de forma a equilibrar um ambiente de conflitos, desigualdades e relações de poder entre os diversos atores e grupos sociais.

Em artigo que trata de políticas de informação para negros afrodescendentes, Aquino (2010, p. 34) destaca que toda política pública de informação deve atuar no combate à exclusão e desigualdades:

É fundamental que as políticas de informação sejam elaboradas e implementadas em parcerias com as políticas públicas, envolvendo Estado e sociedade, para oferecer a quem delas necessita as perspectivas de plena realização de seu desenvolvimento,

preparando os afrodescendentes para reivindicar a correção da desigualdade dos investimentos sociais, com o objetivo de que todos tenham as mesmas oportunidades, o direito à terra e modos de subsistência, destacando-se, aqui, os quilombolas. A disseminação da informação crítica permite questionar as políticas universalistas que não dão conta das especificidades localizadas nem servem, em curto prazo, para erradicar a pobreza e o racismo.

A autora destaca que a política pública de informação deve atuar para que a sociedade se desenvolva de forma mais justa democrática, favorecendo a inclusão informacional e social, dando conta, inclusive, de especificidades locais, conforme Freire (2008, p. 199):

Uma política de informação pode ser elaborada sob duas abordagens: a básica e a específica. A primeira refere-se aos aspectos gerais da produção de informação, como aqueles ligados à tecnologia de informação, às telecomunicações e à política internacional, dentre outros. Já a política específica de informação, conforme Branco (2006), diz respeito aos aspectos característicos de determinado setor de atividade como, por exemplo, uma política para gestão da informação que contemple a produção de conteúdos de identidade cultural e o acesso livre a fontes de informação relevantes na *Internet*.

Braman (2009a), também destaca essa característica mediadora das políticas de informação nas relações de poder e interesse que se manifesta na pluralidade e diversidade dos atores e grupos sociais. Albagli (1999) corrobora que embora a Sociedade da Informação seja um fenômeno mundial, as políticas de informação devem focar, sobretudo, nas estruturas locais de informação, e daí partir para a sua escala global, pois

[...] a partir do potencial integrativo do novo padrão tecnológico, o local redefine-se, ganhando em densidade comunicacional, informacional e técnica no âmbito das redes informacionais que se estabelecem em escala planetária. [...] a dimensão cultural do local atua na globalidade como um fio invisível que vincula os indivíduos ao espaço, marcando uma certa ideia de diferença ou de distinção entre comunidades. Assim, o local constitui-se em suporte e condição para as relações globais. É nele que a globalização se expressa concretamente e assume especificidades. (ALBAGLI, 1999, p. 186).

Além de aspectos legais e institucionais que envolvam o fluxo informacional, a política de informação deve estabelecer valores políticos, ações, regras, objetivos e metas específicos e inerentes ao respectivo regime de informação local a que pertence, regulando e equilibrando forças entre os interesses da sociedade, da comunidade ou grupo social, do Estado e do mercado, sendo um instrumento “[...] indispensável para o desenvolvimento de condições necessárias à oferta de serviços necessários para as comunidades no âmbito informacional.” (LOURENÇO; FREIRE, 2008, p. 4-5).

Portanto, é preciso que o Estado avance na construção, implementação e contínua avaliação de uma política de informação que seja considerada estratégica na redução de desigualdades, impactando nas relações de poder e práticas econômicas, sociais, culturais, científicas e tecnológicas de todos os grupos que formam a sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referencial teórico fundamentou-se na compreensão sobre políticas públicas como ações do Estado voltadas para a redução de desigualdades, impactando nas relações de poder e

práticas econômicas, sociais, culturais, científicas e tecnológicas de todos os grupos que formam a sociedade. E as políticas de informação surgem para estabelecer valores políticos, ações, regras, objetivos e metas específicos e inerentes ao respectivo regime de informação a que pertencem, regulando e equilibrando forças entre os interesses da sociedade, da comunidade ou grupo social, do Estado e do mercado.

Como indicado, o estabelecimento de uma política de informação é um processo complexo, permeado de relações de poder e dominação. A política de informação pautará as atividades a serem realizadas diante dos fluxos de informação, norteando o curso das ações e indicando as estratégias que serão adotadas, processos que necessitam de um esforço conjunto e coordenado na estrutura administrativa pública. É necessário mobilizar todos os atores sociais, dispositivos e artefatos de informação identificados, pois identificou-se que mesmo com o cenário propiciado pela LAI, as políticas de informação são inexistentes.

Destaca-se a informação como um fator determinante para a construção das políticas públicas que visam a inclusão e o bem-estar social dos diferentes grupos sociais que compõem a sociedade. Daí, notamos que o Estado se utiliza das políticas públicas, inclusive suas ações de informação, como instrumento de poder, alterando estruturas, recursos, normas, instituições etc. Novas pesquisas devem ser estimuladas, por exemplo, avançando e aprofundando sobre o papel e a contribuição das políticas de informação nas políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Novos espaços de regulação na era da informação e do conhecimento. *In*: LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI, Sarita. **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. Cap. 11, p. 290-313.

AQUINO, Mirian de Albuquerque. Políticas de informação para inclusão de negros afrodescendentes a partir de uma nova compreensão da diversidade cultural. **Inclusão Social**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 26-37, jan./jun. 2010

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. A construção social da informação: dinâmicas e contextos. **DataGramaZero**, v. 2, n. 5, p. 1-9, out. 2001.

AUN, Marta Pinheiro. Políticas públicas de informação e desenvolvimento. *In*: PAIM, I. (Org.). **A gestão da informação e do conhecimento**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. v. 1, p. 55-90.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Políticas nacionais de informação: discurso ou ação. **DataGramaZero**, v. 4, n. 2, abr. 2009.

BRAMAN, Sandra. Defining information policy. **Journal of Information Policy**, Harrisburg, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2011.

BRAMAN, Sandra. **Change of state: information, policy, and power**. Cambridge, MA: MIT Press, 2009a.

BRAMAN, Sandra. **Information policy and the information regime: critical review of analytical frameworks and concepts**. Rio de Janeiro: IBICT, UFRJ, ICICT/Fiocruz, 2009b.

BRAMAN, Sandra. **The emergent global information policy regime**. Houndsmills: Palgrave Macmillan, 2004. p. 12-38.

BRAMAN, Sandra. Horizons of the state: information policy and power. **Journal of Communication**, New York, v. 45, n. 4, p. 4-24, 1995.

BRAMAN, Sandra. Defining information. **Telecommunications Policy**, Tokyo, v. 13, p. 233-242, 1989.

BRANCO, Maria Alice Fernandes. **Política nacional de informação em saúde no Brasil: um olhar alternativo**. 2001. Tese (Doutorado em Medicina Social) – Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Acesso à informação pública: uma introdução à Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Brasília, 2011.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CARVALHO, A. A. **Conformação de um regime de informação: a experiência do Arranjo Produtivo Local de Eletrônica de Santa Rita do Sapucaí - Minas Gerais**. 2009. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

DELAIA, Cláudia Regina; FREIRE, Isa Maria. Subsídios para uma política de gestão da informação da Embrapa Solos: à luz do regime de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 107-130, set./dez. 2010.

DICIONÁRIO grego-português. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

EISENCHITZ, T. **Information transfer policy**. London: Library Association, 1993.

FRANCO, Angela Halen Claro; CARVALHO, Angela Maria Grossi; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. Políticas públicas de informação e inteligência coletiva: os desafios e as possibilidades para a democratização da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 29, n. 1, p. 67-82, jan./mar. 2019.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Construção participativa de instrumento de política pública para gestão e acesso á informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 195-207, set./dez. 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um encontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREITAS, Juliana Lazzarotto Freitas; BUFREM, Leilah Santiago. As políticas públicas de informação expressas na produção científica brasileira em Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO EDICIC, 10., 2016, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: EDICIC, 2016.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novas fronteiras tecnológicas das ações de informação: questões e abordagens. **Ci. da Inf.**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 55-67, jan./abr. 2004.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Política e gestão da informação: novos rumos [editorial]. **Ci. da Inf.**, Brasília, v. 28, n. 2, maio/ago. 1999a.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 67-93, abr. 1999b.

HERNON, P.; RELYEA, H. C. Information Policy. *In*: DRAKE, M. A (Ed.). **Encyclopedia of Library and Information Science**. 2. ed. New York: Marcel Dekker, 2003. v. 2.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva; Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, 2009.

JAPIASSU, Hilton; SOUZA FILHO, Danilo Marcondes de. **Dicionário básico de Filosofia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 2-22, 2009.

KERR PINHEIRO, Marta Macedo. Políticas de Informação e estado informacional. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANCIB, 2009.

LOURENÇO, Briggida Azevedo; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Construindo um mapa das políticas públicas para gestão e acesso à informação em comunidades carentes. **Biblionline**, João Pessoa, v. 4, n. 1, 2008.

MAGNANI, Maria Cristina Brasil; KERR PINHEIRO, Marta Macedo. “Regime” e “Informação”: a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 593-610, set. 2011.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: EDUCAT, 2004.

NEVES, B. C. Políticas de informação, as tecnologias de informação e comunicação no âmbito da sociedade da informação. **Transinformação**, Campinas, v. 22, n. 1, 2010.

NEVES, Barbara Coelho; AGUIAR, Niliane Cunha. Políticas públicas de informação e bibliotecas escolares: panorama brasileiro. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 27, n. 3, p. 73-86, set./dez. 2017

PRÁ, Jussara Reis. **Políticas para a Mulher**: Relatório da Gestão 1999/2002 do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher. Brasília, 2002.

ROWLANDS, I. *et al.* Frame analysis as a tool for understanding information policy. **Journal of Information Science**, v. 1, n. 28, p. 31-38, 2002.

RUA, Maria das Graças. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. *In*: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, M. I. (Org.). **O estudo da política**. Brasília: Paralelo, 2001. p. 231-260.

SARAIVA, F. R. dos Santos. **Novíssimo dicionário latino-português**: etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico, biográfico, etc. 12. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 2006.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, Edilene Maria. **A influência das políticas de informação científica e tecnológica para as bibliotecas universitárias**. 116 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SILVA, Terezinha Elisabeth da; TOMÁEL, Maria Inês. Política de informação: tendências internacionais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANCIB, 2009.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

WEINGARTEN, F. W. Federal information policy development: the congressional perspective. *In*: MCCLURE, C.; HERNON, P.; RELYEA, H. (Ed.). **United States Government Information Policies**: views and perspectives. Norwood: Ablex, 1989. p. 225-253.